

JURISTAS ESTRANGEIROS REPUDIAM STF PROIBIR PROMOTOR DE INVESTIGAR E SE COLOCAM A DISPOSIÇÃO DA IMPRENSA DO BRASIL

O **Comitê da Função do Promotor da American Bar Association-ABA**, espécie da OAB dos Estados Unidos, que reúne mais de 400.000 advogados - a maior do mundo - além de Juizes e Ministros de mais de 70 países, reprovou, sexta-feira p.p, dia 6, em Atlanta, na Georgia, os dois votos do Supremo Tribunal Federal que extinguem o poder investigatório do Ministério > Público brasileiro.

Por unanimidade de seus doze membros, o Comitê não só decidiu levar a questão ao Plenário da ABA, como também aprovou sua remessa ao Comitê de Crimes Internacionais, que igualmente censurou a votação de Brasília.

Ambos Comitês integram a Secção de Direito Criminal da ABA.

O advogado inglês John Clitheroe sugeriu então que "essa novidade - sem precedentes entre todos países que dispõem de Promotor de Justiça" - fosse encaminhada à IBA-Internacional Bar Association, sediada em Londres e integrada por 12.500 membros de 160 países, inclusive cerca de 200 congêneres de quase todas nações. A IBA, pois, tende a assumir, neste particular, posição aposta à OAB, federal e secção de São Paulo que, com duas outras entidades de advogados brasileiros de multinacionais, participam da IBA.

A inglesa Romana StMatthew, Executiva de Relações com a Imprensa da IAB, já enviou a matéria ao Delegado da Espanha na IBA, que participa do Congresso de Atlanta, como outros 180 advogados de 43 países, inclusive dois do Brasil: Dra. Maria Lynch e Dr. Walter Stuber.

Robert M. Johnson, de Minnessota, presidiu a primeira secção que cuidou do "caso dos promotores sem poder investigar no Brasil".

Bruce Zagaris, sócio do escritório Berliner, Corcoran & Rowe, de Washington, D.C., porque estudou Português, mostrou-se mais diretamente interessado ao problema.

Albert J. Kostelny Jr, Executivo da Divisão de Direitos Humanos do Estado de Nova York, também se mostrou sensível ao caso. Ele trabalha em processos do Eliot Spitzer, famoso Promotor de Justiça que investiga os grandes escândalos financeiros, como o da Eron, na Bolsa de Valores, que colocou muitos Presidentes das mega-empresas na cadeia. Spitzer fez o discurso nas solenidades da reabertura à visitação pública à Estátua de Liberdade, após os ataques terroristas que derrubaram as torres de Nova York, é do Partido Democrata e tem sido cotado para ser eleito o próximo Governador do Estado de New York.

Judith H. Friedman, Promotora de Júri da Divisão Criminal do Gabinete de Assuntos Internacionais do Departamento de Justiça do Governo Americano, também votou pelo encaminhamento superior da matéria.

Ronald Goldstock, Inspetor Geral do Setor Independente Privado, acompanhou o voto de Friedman.

O Presidente da Ordem dos Advogados da Califórnia, Anthony P. Capozzi - embora não tenha participado do processo interno da ABA porque participou do Painel sobre a decisão Blakely, de junho passado que, por 5 votos a 4, da Suprema Corte, jogou o sistema de sentenças criminais do país em crise - auxiliou no encaminhamento do assunto do "Brasil sem investigação por Promotores."

Barbara B. Berman, Advogada de Julgamentos da Divisão Criminal do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, quis saber porque o Brasil não adota a reforma da Colômbia que esta abandonando o sistema italo-frances de Magistrados investigarem e acusarem.

"A Colômbia esta equipando os laboratórios de perícias dos Promotores e treinando seus peritos, a favor do sistema moderno e mais eficiente dos americanos de a Policia e os Promotores investigarem juntos casos complexos", justificou. Ela entende que, fora da ABA, outros órgãos judiciários dos Estados Unidos e outros países devem apreciar o assunto porque ninguém quer "poderosos criminosos impunes em sua vizinhança".

Dezenas de entidades judiciais, universitárias, ONGs e outras, que se interessam pela Justiça, co-participam do evento em Atlanta.

Becky J. Yao, advogada dissidente da China e ativista da ONG internacional World Organization to Investigate the Persecution of Falun Gong - Organização Mundial para Investigar as Acusações contra Falun Gong - afirmou que ira remeter o assunto para superiores.

A WOIPFG - que publica a revista "Compaixão", dedicada a crueldade oriental - acaba de lançar o primeiro volume que, com 444 paginas, documenta o "genocídio de Falun Gong", causado por processos criminais movidos por Promotores chineses sem independência do governo contra a mera yoga chinesa praticada por 8% de chineses e espalhada em numerosos países, inclusive o Brasil.

A WOIPFG tem dezesseis processos judiciais criminais - contra o renascimento da "Gestapo na China" - nos Judiciário das França, Alemanha, Bélgica, Austrália, Espanha e outros seis países, inclusive, com cinco processos correndo na Justiça dos Estados Unidos, www.upholdjustice.org ("sustente a Justiça").

A militante da ONG chinesa - que bate as portas da ONU e da nova Corte Internacional Criminal - aconselhou os brasileiros a "exportarem propaganda" sobre os riscos

de investigações "perseguidoras de inocentes".

Estes e vários outros participantes dessas decisões preliminares se colocaram a disposição para se manifestarem, como profissionais - não ainda em nome oficial de suas organizações - a IMPRENSA DO BRASIL.

A ASSOCIAÇÃO PAULISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO credenciou o advogado Renato Guimarães Jr., Promotor de Justiça aposentado, para apresentar o caso aa ABA em Atlanta. Guimarães, em 1977, foi Presidente da Secção Mundial dos Promotores Públicos, filiada a Associação Mundial dos Advogados, da World Peace Through Law Center. Com o primeiro Presidente da ABA, Charles S. Rhyne, a aparecer na capa da revista Time, ao ganhar a causa "uma pessoa, um voto", que democratizou as eleições nos Estados Unidos, Guimarães, com o Ministro do Supremo Alfredo Buzaid e o Desembargador Jose Carlos Ferreira de Oliveira, trouxe ao Brasil, em 1981, a WPTLC Conference, o maior congresso jurídico jamais organizado na América Latina, depois do que foi convidado para participar, ainda como Promotor, do Instituto dos Advogados de São Paulo, pelo jurista Yves Gandra da Silva Martins.